

20/04/2018 às 05h00

A governabilidade da administração em jogo

Por Francisco Gaetani

Se os candidatos à Presidência e aos governos estaduais soubessem o que os aguarda em janeiro de 2019 pensariam duas vezes antes de se apresentar nas eleições. Os eleitos precisarão construir maiorias políticas no Legislativo para governar. Disso todos sabem. O que não sabem é que não encontrarão na



sociedade e no serviço público pessoas dispostas a assumir os riscos associados ao exercício das atividades executivas. O motivo é simples: a percepção dominante é a de que não vale a pena. Uma eleição não tem poder de reparar essa situação.

O medo comanda hoje a administração pública. Até 2014, discutia-se a judicialização das políticas públicas. Um exemplo era a importação de remédios caros por decisão judicial. Evoluiu-se rapidamente para a criminalização da administração, como o inacabado e controverso debate em torno da política fiscal demonstrou. Finalmente, chegamos à paralisia. Afinal... "é o meu CPF que está em jogo". Ninguém quer ficar sujeito a interpretações de órgãos de controle que, em muitos casos, não dominam plenamente as complexidades do assunto e partem do princípio de que o funcionário é suspeito: in dubio pro societate.

Inúmeros funcionários hoje respondem a processos decorrentes de acórdãos do TCU. Dirigentes de estatais já negociam "seguros" para ocupar suas funções. Pulamos de um extremo de descontrole e leniência para outro de regramentos e controles sem necessária vinculação com a natureza da atividade da organização - seja ela um banco público, um hospital universitário ou uma empresa de energia.

O setor privado encontra-se acuado, assustado e intimidado por burocracias opacas com poder de influenciar decisivamente seus negócios. Estão todos sob suspeita de práticas ilícitas cuja dosimetria nesta altura já não importa mais, independentemente das previsões legais. Conflitos tributários, arranjos regulatórios imperfeitos, práticas de governança corporativa, gestão de riscos reputacionais e novas realidades associadas ao combate à corrupção foram incorporados ao cálculo empresarial.

Ironicamente, o mundo jurídico tornou-se a principal fonte de insegurança jurídica e responsável por custos de transação imprevisíveis e incalculáveis. Nas esferas pública e privada o debate sobre eficiência e qualidade do gasto desapareceu. A temática do combate à corrupção eclipsou todos os demais. É como se o país precisasse parar para resolver o problema da corrupção de uma vez por todas.

Focar na paralisia da administração, sem observar as distorções que o

Mensagens dos leitores

Alckmin e Aécio

Finalmente o ex-governador e candidato ao Planalto, Geraldo Alckmin (PSDB), tomou uma decisão à altura de um líder na vida pública ao mandar um duro recado ao senador Aécio Neves (PSDB-MG) que, como réu na Lava Jato, não deveria disputar eleição neste ano. Será que o senador vai colaborar com o seu partido, não prejudicando como réu que é na Lava-...

20/04/2018 às 05h00 - Paulo Panossian -

Convergências

São indiscutíveis os avanços obtidos pelo atual governo em importantes áreas de atuação. Dessa forma, o artigo do economista Mario Mesquita, publicado na página A15 da

21/04/2018 10:54

excesso do controle tem gerado, tornou-se um lugar comum. Dados de uma pesquisa realizada pela Enap mostram que os gestores usam suas capacidades não para prover informações e evidências sobre a política em que trabalham, mas para responder a órgãos de controle e demandas de auditoria.

O mundo jurídico tornou-se a principal fonte de insegurança jurídica e responsável por custos imprevisíveis

Há um problema de assimetria de capacidades decorrente de um sequenciamento desbalanceado. A profissionalização do MPF e do TCU vem ocorrendo consistentemente desde a redemocratização. A organização da CGU acelerou-se após 2003. Os ministérios

das áreas econômica e jurídica vêm se estruturando desde a estabilização macroeconômica. Os ministérios associados ao gasto, à legalidade e ao controle possuem quadros técnicos recrutados por concursos públicos, carreiras estruturadas e salários competitivos. Áreas como Saúde, Educação, Transportes e Minas e Energia enfrentam graves déficits de capacidade, em especial de pessoal.

O corporativismo dos estamentos burocráticos mostrou as imperfeições da nossa democracia. Não possuímos um regime de "checks and balances". O Judiciário, o TCU e o MPF são irresponsabilizáveis, salvo por seus pares, e, mesmo assim, as evidências recentes atestam a dificuldade de atuação do CNJ e CNMP.

O TCU tem demonstrado capacidade de exercer o controle externo de forma construtiva e efetiva, como tem ocorrido nas esferas de infraestrutura, governança e desenvolvimento regional. A atuação do MPF no combate à corrupção nos anos recentes vem dando impulso decisivo à moralização da Administração Pública. Estes avanços não podem ser comprometidos por excessos e distorções que comprometam o funcionamento do Estado. A presunção de culpa não se coaduna com o regime democrático e não pode se transformar em uma indústria que se auto-alimenta.

O PL nº 7448/2017, aprovado pelo Congresso e aguardando a sanção presidencial, dá um passo importante para recuperar o equilíbrio. A proposta busca trazer racionalidade às decisões administrativas, judiciais e de órgãos de controle, assegurando que as consequências práticas das decisões sejam levadas em conta, e que medidas para a mitigação de prejuízos à sociedade sejam implementadas sempre que necessário. A aplicação do direito não pode ocorrer de forma descolada da realidade: precisa levar em consideração os diversos impactos gerados pelas decisões, considerando o bem-estar da sociedade e assegurando uma previsibilidade mínima aos gestores públicos.

A governabilidade administrativa não depende apenas do Executivo. Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas são sócios da governabilidade do país. A guerra de facções corporativas, a disputa por recursos e a concorrência pelo poder precisam ser contidas pelas instituições do país. O corporativismo, o voluntarismo, o messianismo e o punitivismo precisam ser enfrentados para o país caminhar na direção de uma nova normalidade, aderente às práticas do regime democrático, sem prejuízo do combate à corrupção e da modernização da gestão pública.

Os problemas estruturais do país - integração na economia global, redução das desigualdades, aumento da produtividade e da competitividade, mudança climática e desenvolvimento regional, dentre outros - estão se agravando. O PL nº 7.448/2017 é um avanço na contenção de excessos e preservação da capacidade de gestão. Esta iniciativa é vital para o país sair do encurrallamento paralisante.

Francisco Gaetani é presidente da Escola Nacional de Administração Pública e ex-Secretário-Executivo dos Ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente. É doutor pela London School of Economics and Political Science e professor da

edição de 19/4/2018 do **Valor**, sob o título "Convergências e divergências", estabelece um importante guia para o eleitor verificar a posição dos candidatos à...

20/04/2018 às 05h00 - Dirceu Luiz Natal -

Saneamento

A divulgação de que em 2016, somente 52% da população brasileira tinha coleta de esgoto e 35% também não tinham acesso a água potável, é prova da tragédia do saneamento entre nós. Tal realidade, faz parte da tradicional falta de consciência de nossas elites governamentais, em relação às necessidades fundamentais das populações carentes do país. Urge...

20/04/2018 às 05h00 - José Nobre de Almeida -

Ver todas | Envie sua mensagem

Opinião

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Ver todas as notícias

EBAPE/FGV.

Tweet

Share



0

CONTEÚDO PUBLICITÁRIO

Recomendado por |



LINK PATROCINADO

Produção de Mogi das Cruzes abastece muitas cidades de SP

MOGI DAS CRUZES



LINK PATROCINADO

Pessoas com mais de 65 anos estão descobrindo que perder energia com a idade

VITAL4K.COM



LINK PATROCINADO

Dentes brancos? Novo clareador caseiro choca o Brasil

BEM ESTAR



LINK PATROCINADO

Conheça o novo Citroën C4 Lounge. Conforto que move você

CITROËN BRASIL



LINK PATROCINADO

Após passar mais da metade da sua vida adiando seus sonhos, ela tomou a

PAGES.NEGOCIOEM21DIAS.COM.BR



LINK PATROCINADO

Gordura: corpo de Frota fica irreconhecível

BLOG SUPER CIÊNCIA